

Problemas para visualizar a mensagem? [Acesse este link.](#)



• Ano I | Nº. 4 | Quinta-feira, 15 de agosto de 2019 •

Olá! Está de volta o informativo “Doutrina Cejur”, que tem a proposta de divulgar doutrina qualificada e identificada com as lutas institucionais da Defensoria Pública. Neste número selecionamos artigos de **Cintia Regina Guedes, Maurílio Casas Maia, Luis Gustavo Grandinetti, Thiago Bottino, Daniel Sarmento e Tharuell Lima Kahwage/Fabiana Cristina Severi (em coautoria)**. Boas leituras doutrinárias para todas e todos!



**O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o papel da Defensoria Pública como porta-voz dos direitos dos litigantes individuais na formação da tese jurídica vinculante, por Cintia Regina Guedes (defensora pública/RJ).**

*Revista de Direito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro*, n. 28, 2018.

**Resumo:** O trabalho pretende analisar a situação dos litigantes individuais que serão afetados pela tese jurídica firmada no julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) à luz do direito ao contraditório, bem como o papel da Defensoria Pública como porta-voz destes litigantes que se encontrem em situação de vulnerabilidade. Para ler a íntegra do artigo, clique [aqui](#).



**O diálogo das fontes e a legitimidade nas ações coletivas para a defesa de grupos vulneráveis: o caso da coletividade idosa e da Defensoria Pública no STJ, por Maurílio Casas Maia.**

*Revista de Direito do Consumidor*, vol. 123, maio-junho 2019.

**Resumo:** O artigo analisa a decisão do AgInt no AREsp 1220572/SP, do STJ. Destacou-se a utilização do diálogo das fontes como mecanismo para superar a ausência de referência à Defensoria Pública enquanto legitimada coletiva no

Estatuto do Idoso, integrando o Estatuto do Idoso com a Lei de Ação Civil Pública e com a Lei Orgânica da Defensoria Pública. Concluiu-se que o acórdão analisado conferiu maior coerência e harmonia ao microsistema de Processo Coletivo e de proteção dos vulneráveis, em especial aos idosos. Para ler a íntegra do artigo, clique [aqui](#).



**Momentos entre o passado e o presente do processo penal no contexto do sistema criminal, por Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho.**

*Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*, vol. 20, n. 1, jan./abr. 2019.

**Resumo:** O artigo se propõe a pesquisar momentos históricos que marcaram o processo penal e o processo penal brasileiro para analisar quais tendências conformarão a atuação da justiça criminal no Brasil, no início do século XXI. Para ler a íntegra do artigo, clique [aqui](#).



**Pesquisando habeas corpus nos tribunais superiores, por Thiago Bottino.**

*Revista Estudos Institucionais*, v. 5, n. 1, jan./abr. 2019.

**Resumo:** O artigo apresenta parte dos produtos elaborados durante o Projeto de Pesquisa “Panaceia universal ou remédio constitucional? Habeas corpus nos tribunais superiores”, selecionado na Chamada Pública Simplificada Ipea/PNPD 131/2012, no âmbito do projeto “Pensando o Direito e as Reformas Penais no Brasil”, financiado pelo Ministério da Justiça (MJ) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Trata-se de pesquisa empírica que examinou as impetrações de habeas corpus e recurso de habeas corpus perante o STF e o STJ no período de 2008 a 2012. Para ler a íntegra do artigo, clique [aqui](#).



**O princípio republicano nos 30 anos da Constituição de 88: por uma república inclusiva, por Daniel Sarmiento.**

*Revista da EMERJ*, v. 20, n. 3, set./dez. 2018.

**Resumo:** No artigo, o autor discute alguns déficits relacionados à efetivação da ideia de república no Brasil. Em seguida, busca definir o conteúdo básico do princípio republicano na ordem constitucional brasileira, delineando seus contornos normativos e principais componentes. No final, descreve três desvios em que a invocação desse princípio vem incorrendo nos últimos tempos. Pelos limites de tamanho impostos ao artigo, as questões tratadas neste texto – todas elas complexas e multifacetadas – são abordadas de forma abreviada. Para ler a íntegra do artigo, clique [aqui](#).



**Para além de números: uma análise dos estudos sobre a feminização da magistratura, por Tharuell Lima Kahwage e Fabiana Cristina Severi.**

*Revista de Informação Legislativa*, n. 222, abr./jun. 2019.

**Resumo:** O artigo tem como objetivo discutir os estudos sobre a feminização das profissões jurídicas, com foco na carreira da magistratura, com base na análise dos argumentos frequentemente utilizados para compreender a persistência de desigualdades de gênero, em articulação com raça/etnia, na composição dos quadros profissionais do Poder Judiciário. Analisa-se a produção acadêmica dos últimos vinte anos referentes à presença de mulheres na magistratura do Brasil e em outros países do Hemisfério Norte e da América Latina. Espera-se que o artigo possa contribuir para o aprofundamento das análises sobre o tema e para as agendas voltadas à democratização do sistema de justiça no Brasil. Para ler a íntegra do artigo, clique [aqui](#).

**Colabore com o “Doutrina CEJUR”**

Para colaborar com o nosso informativo envie críticas, sugestões e conteúdos para [cejur.dpge@gmail.com](mailto:cejur.dpge@gmail.com) Muito importante sua participação!

**Este informativo foi produzido pelo Centro de Estudos Jurídicos da  
Defensoria Pública do Rio de Janeiro**

Diretor-Geral do Cejur:  
**José Augusto Garcia de Sousa**

Diretora de Capacitação do CEJUR:  
**Adriana Silva de Britto**

Servidora Técnica Superior Jurídico:  
**Roberta Bacha de Almeida**

Projeto gráfico:  
**Assessoria de Comunicação da DPRJ**

